

*Chamada para contribuições para um número especial da revista
Politique Africaine, a sair em Março de 2008 sobre :*

ANGOLA NA PAZ

Coordenador : Didier Péclard

No dia 4 de Abril de 2002, a assinatura do Memorando de Entendimento de Luena entre o governo angolano controlado pelo Movimento Popular para a Libertação de Angola (MPLA) e a União Nacional para a Independência Total de Angola (UNITA) pôs cobro a mais de 25 anos de guerra civil. Facilitada pela morte “em combate”, a 22 de Fevereiro do mesmo ano, de Jonas Savimbi, o fundador e antigo líder da UNITA, a paz em Angola foi obtida através das armas, e não como resultado de negociações entre os beligerantes. Assim, a paz foi a expressão última duma lógica de afrontamento binário estabelecida desde a independência em 1975, e reforçada durante os anos 1990 após o fracasso dos processos de Bicesse (1991-1992) e Lusaka (1994). A chegada da paz a Angola também sancionou a vitória do MPLA, no poder desde 1975, e do Presidente José Eduardo dos Santos, em posto desde a morte, em 1979, do primeiro Presidente de Angola, Agostinho Neto.

Assim, a história recente de Angola não se pode dissociar da experiência da guerra, pois a guerra civil seguiu-se a 14 anos de guerra de independência (1961-1974). Numa altura em que se preparam, possivelmente para o segundo semestre de 2008, eleições legislativas, adiadas repetidas vezes, que deveriam marcar a “normalização democrática” do país, este entra na paz com uma pesada herança de violência e conflitos, à qual este número especial de *Politique Africaine* será dedicado. Não se tratará de propor mais uma análise da guerra enquanto tal (sobre isso veja o dossier “Angola na guerra” publicado em 1995 em *Politique Africaine*), mas sim de analisar a maneira como a sociedade angolana tem sido transformada pelos anos de conflitos armados, de ver se e em que medida a guerra foi factor de mudança, de perguntar como estas mudanças podem ser percebidas hoje, e de estudar as diferentes trajetórias de reconversão (pessoal, institucional, política, económica, etc.) que o fim da guerra tem permitido.

1) Em primeiro lugar, a guerra foi uma experiência pessoal, individual. Do alistamento de jovens nos diferentes movimentos de luta pela independência, nos anos 1960, e do seu recrutamento forçado pelo exército português até às campanhas de mobilização dos anos 1990, a guerra formou percursos individuais e constituiu um itinerário de subjectivação para mais de uma geração de Angolanos. Porque poucas pesquisas tem sido feitas sobre este aspecto da história do país, tratar-se-ia agora, num primeiro passo, de prestar atenção às condições de recrutamento dos combatentes para um dos dois exércitos em guerra, de reflectir sobre a economia moral (e de guerra) do MPLA e da UNITA, e de interrogar a possível constituição do que Christian Geffrey chamou de “corpo social guerreiro” no seu trabalho sobre a RENAMO em Moçambique – olhando por exemplo à vida na Jamba, a “capital” da UNITA nos anos 1980, no canto sul-este do país. Num segundo passo, tratar-se-ia de estudar e analisar os mecanismos, ao nível individual e comunitário, de gestão do processo de desmobilização e do regresso à vida civil, nomeadamente para os milhares de antigos combatentes da UNITA que não foram incorporados nas Forças Armadas Angolanas. Além dos programas oficiais de reinserção social dos antigos combatentes, que deixam numerosos homens e famílias numa grande precariedade, quais são as estratégias locais de reintegração dos antigos soldados nas suas comunidades de origem? Como é que a memória

da guerra está a ser vivida, trabalhada, particularmente nas zonas que foram controladas sucessivamente pelos dois movimentos?

Itinerário forçado de subjectivação por uma geração de Angolanos, a guerra também abriu novos itinerários de acumulação de capital financeiro, político e social a uma parte da elite angolana. O desenvolvimento da nomenclatura petroléira angolana, cujos mecanismos têm sido analisados com grande acuidade por Christine Messiant, não se pode separar da história da guerra. Quais são, agora, as estratégias de adaptação desta nomenclatura à paz? Terá a paz, numa perspectiva mais geral, trazido qualquer mudança na economia política do petróleo, este sector “off-shore” da economia angolana? Qual é a situação actual no sector dos diamantes, cujo controlo e cuja comercialização foi durante os anos 1990 uma parte essencial da estratégia de guerra da Unita? Quais são os itinerários de acumulação que os diamantes permitiram no tempo de guerra, e em que medida é que estes itinerários foram tocados pela paz?

Na análise destes itinerário de acumulação, tratar-se-á, finalmente, de prestar atenção ao papel dos oficiais superiores do exército angolano, não somente durante a guerra, mas também de ver quais são as suas estratégias de reconversão em diversos sectores da economia angolana. Seja através da criação de companhias de segurança privadas, cujo número explodiu desde meados dos anos 1990, pela aquisição de vastos terrenos e de antigas fazendas agrícolas no interior, através de investimentos no sector imobiliário, ou, aparentemente, até no mercado da arte, os itinerários de acumulação de certos (ex-)generais são reveladores dum aspecto da transição do país para a paz. Trata-se, neste caso, “simplesmente” de mais um exemplo do sistema de redistribuição clientelista desenvolvido pelo MPLA? De mais um sinal do peso dos militares na economia política angolana? Ou duma luta surda pela repartição dos dividendos da paz?

2) A guerra também claramente teve uma grande influência sobre a política em Angola. Durante os vinte-cinco anos de conflito armado, o jogo político tem-se restringido cada vez mais à volta dos dois beligerantes, excluindo outros jogadores. O processo de Bicesse, primeiro acordo de paz assinado em 1991 que conduziu às únicas eleições democráticas organizadas à data no país (em Setembro de 1992), reforçou ainda mais esta tendência, na medida em que transferiu o conflito do teatro das operações militares para a arena política, preparando assim o terreno para o regresso à guerra a partir de novembro de 1992. O processo de Lusaka de 1994, a situação de “nem guerra nem paz” que se seguiu e, sobretudo, o regresso à guerra aberta em Dezembro de 1998 que conduziu finalmente à derrota total da UNITA e à assinatura do cessar-fogo em Abril de 2002, são todos elementos da mesma dinâmica histórica. Neste contexto, a difícil emergência duma “terceira via”, assim como o papel da “sociedade civil” no palco político angolano fazem parte das heranças pesadas da guerra. Pois não foi somente a guerra e o fracasso dos dois processos de paz que contribuíram para a exclusão de qualquer outra força política para além dos dois beligerantes. A própria maneira como a paz foi atingida também reforçou esta lógica, na medida em que a retomada das hostilidades em 1998-1999 e a vasta ofensiva das FAA que conduziu à derrota da UNITA foram, em parte pelo menos, uma resposta à influência que os defensores duma solução negociada do conflito e dum processo de reconciliação nacional abrangente – em primeiro lugar no seio das igrejas cristãs – tinham adquirido no campo político e mediático ao nível nacional e internacional. Neste sentido, a vitória militar das FAA sobre os “rebeldes” da UNITA é sobretudo uma vitória política do MPLA e o Presidente dos Santos, para quem o controlo do poder parece agora ser maior do que nunca, e para quem o mais importante nesta

fase de paz parece consistir em jogar o jogo da abertura democrática sem porém perder nada deste controlo autoritário.

Tratar-se-á então de analisar quais são as estratégias de reposicionamento dos principais actores políticos no pós-guerra, e de compreender como é que eles gerem o seu “passado guerreiro” na perspectiva das próximas eleições. Para o MPLA, mesmo enquanto vencedor, a paz também traz desafios. Como é que o partido, historicamente muito dividido desde a sua criação, gere o “desaparecimento” do seu maior inimigo, que constituía um factor importante de coesão interna nos anos de guerra? Será a redistribuição da renda do petróleo suficiente para compensar esta ausência? Qual é o papel que desempenham as eleições na estratégia hegemónica do MPLA? Até que ponto é que o governo está pronto a jogar a carta democrática enquanto mantém a sociedade angolana sob o seu controlo autoritário? Como é que a UNITA, por seu lado, gere a transição pós-Savimbi de um movimento guerreiro, inteiramente virado para a conquista do poder, para um partido político que, mesmo se continua sendo o maior partido da oposição, já não é o que era? Como é que a UNITA gere, também, a memória da guerra, a experiência da derrota e a herança duma concepção totalitária do exercício do poder? E qual é o papel da chamada “terceira via”, num contexto pré-eleitoral onde a pressão securitária exercida pelo Estado sobre todos os partidos da oposição está extremamente forte?

Nesta perspectiva, será interessante estabelecer uma distinção entre a situação em Luanda e a situação no resto do país, e concentrar-se sobre as dinâmicas locais do político. Como é que funcionam estas dinâmicas num Estado dominado por um complexo aparelho político-militar e pela renda do petróleo, e que ganhou a “sua” guerra? Quais são as formas locais do aparelho clientelista do MPLA? Como é que se negocia o (re)desdobramento do Estado no interior do país, nomeadamente nas zonas antigamente sob o controlo da UNITA? Neste caso a situação no enclave de Cabinda, que continua numa situação de guerra mais ou menos aberta, merecerá uma atenção particular, pois esta situação é revalorizada pelas tensões e contradições do processo de paz entre abertura democrática e (re)pressão securitária.

3) Em muitos sentidos a história de Angola pode ser considerada como uma história de extroversão, começando com a experiência particularmente violenta da escravatura, mas que continuou durante o período colonial, nomeadamente através das ligações privilegiadas das elites angolanas com o Brasil no século XIX, ou ainda pela importância tão grande dos investimentos estrangeiros (quer dizer não portugueses) na economia colonial e pelo papel crucial das missões protestantes e das congregações católicas não portuguesas. Recentemente, a guerra civil também foi mais uma experiência de extroversão do país. Seja pelas alianças do tempo da guerra fria entre os dois beligerantes e os seus “patrões” nos dois blocos, seja pela importância do petróleo e dos diamantes na economia política do conflito nos anos 1990, ou ainda pelo papel da comunidade internacional nas tentativas falhadas de resolução do conflito e também pelo afastamento progressivo da UNITA após o lançamento da campanha contra os “diamantes de sangue”, o “internacional” foi uma das dimensões chave do conflito angolano. Tratar-se-á aqui de analisar o papel do factor internacional desde a chegada da paz, revisitando, em primeiro lugar, à maneira como as ligações com o estrangeiro foram um dos vectores essenciais do desenvolvimento da nomenclatura petroleira, e concentrando-se, em segundo lugar, sobre as reconfigurações destas alianças em tempo de paz (e de *boom* económico sem precedente graças aos preços do petróleo nos mercados mundiais).

Neste novo campo, a China impõe-se claramente como um actor chave, seja enquanto investidor nos projectos faraónicos de reconstrução das infra-estructuras lançados pelo

governo, credor do Estado angolano para que o governo possa escapar aos condicionamentos das instituições de Bretton Woods, como fornecedor de mercadorias de todo o tipo, ou ainda, naturalmente, como novo actor na distribuição das licenças de exploração do petróleo.

Além disto, tratar-se-à também de ver, numa perspectiva mais ampla, como é que o país se reposiciona no palco africano e internacional, e de analisar nomeadamente como Angola - poder militar-petrolero conseguiu capitalizar em relação ao papel que desempenhou nos conflitos da região (Congo Brazzaville, RDC) para aumentar a sua influência, nomeadamente para com os seus concorrentes directos, na cena diplomática, que são a África do Sul e a Nigéria.

Os **resumos** das contribuições devem ser mandados até o **25 de Novembro** a: didier.peclard@swisspeace.ch e uma primeira versão dos textos seleccionados deverá estar disponível pelo **10 de Janeiro de 2008**.